

Procuradoria pode questionar aumento do Legislativo

A Procuradoria-Geral da República já tem pronto o estudo sobre a ação que pretende ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o decreto legislativo que concedeu, em junho, reajustes médios de 37,8% aos funcionários da Câmara e Senado Federal. A informação foi dada ontem pelo procurador em exercício, Moacir Antônio Machado da Silva. "Há um estudo acabado na Procuradoria. Ingressar ou não com ação de inconstitucionalidade será decisão do procurador-geral", disse o vice-procurador.

A Câmara dos Deputados derrubou em junho a Medida Provisória 296 — que concedia reajustes diferenciados para os servidores públicos federais civis e militares — e ao mesmo tempo aprovou um decreto legislativo em que concedia aumentos aos servidores do Congresso. Junqueira solicitou, então, estudos sobre o assunto, visando entrar com ação de inconstitucionalidade no STF, para anular a medida.
